

O Balanço Social Como Relatório das Atividades em Universidades Públicas: Uma aplicação na UFMS Campus de Três Lagoas

Autoria: Valmor Slomski, Amaury José Rezende, Tarcisio Rocha Athayde

Resumo

Este artigo cria um modelo de balanço social para universidades públicas e evidencia a importância dos relatórios sociais como instrumentos de controle e transparência junto à sociedade. A sociedade tem convivido com inúmeras transformações em todos os segmentos da vida cotidiana, os avanços tecnológicos associados principalmente à difusão da informação, são fatores que têm mobilizado uma parcela da população no sentido de entender essas mudanças e aproveitar oportunidades, nesse sentido, o governo tem procurado implementar políticas que maximizem os programas sociais. No entanto, os resultados publicados desde as primeiras políticas sociais implantadas até hoje, sempre frustraram as expectativas da sociedade. A proposta do balanço social difundida pelo sociólogo “Betinho” ganhou espaço no setor privado. Assim, o modelo proposto junta conceitos do Balanço Social com outro instrumento de avaliação de desempenho social em instituições públicas denominado Demonstração de Resultado Econômico, que vem reforçar a *accountability*. A aplicação do modelo constatou a geração de resultado na entidade pesquisada, o que confirma a importância do Estado e suas entidades, como agente impulsionador do desenvolvimento econômico e social.

Introdução

A sociedade tem convivido com o avanço dos meios de comunicação, associado à abertura de mercados, precedido de inúmeras transformações em quase todos os segmentos da vida. Conseqüentemente, parte da sociedade tem realizado um esforço para compreender tais mudanças, a fim de definir estratégias que permitam aproveitar oportunidades nesse mundo de transformações rápidas. Neste contexto a contabilidade tem procurado assumir, cada vez mais, um papel de destaque no cenário mundial, no qual, sua política de divulgação tem incorporado elementos de responsabilidade social das entidades.

No Brasil, tais fatos podem ser notados a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com o processo de descentralização, que teve alguns pontos considerados como positivos, principalmente no que diz respeito à proximidade dos beneficiários com as ações sociais (redução da burocracia), o que possibilitou a diminuição de custos conjugado ao aumento da eficácia e da eficiência na aplicação das políticas públicas que passaram a atuar em consonância com as realidades regionais e locais. Essa aproximação com a comunidade, leva a uma maior participação do cidadão como parceiro e agente fiscalizador da administração pública. Assim, neste cenário a administração pública se faz presente, quando exige do gestor público cada vez mais competência e transparência na aplicação dos recursos governamentais, surgindo assim a *accountability*¹, que na opinião de Campos (1990, p.33), “começou a ser entendida como questão de democracia. Quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*. E a *accountability* governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade.”

Entretanto, Slomski (1999, p.36) diz que o “cidadão não sabe com certeza se o seu agente² está maximizando o retorno de seu capital, como ele desejaria, na produção de bens

e serviços. Gerando, assim, uma assimetria informacional.” E, assim, para minimizá-la desenvolve o modelo conceitual da demonstração do resultado econômico, como alternativa de evidenciação pública, a fim de evidenciar a eficiência na gestão de entes públicos.

Desta forma, o objetivo deste artigo é o de criar um modelo de balanço social para universidades públicas e evidenciar a importância dos relatórios sociais como instrumentos de controle e transparência junto à sociedade. Isto é, o de propor uma proposta alternativa para difundir informações, entre as entidades públicas e o cidadão, através de uma linguagem acessível à maioria dos cidadãos.

Políticas Públicas No Brasil

As políticas de desenvolvimento econômico, implantadas no Brasil, sempre foram extremamente conservadoras, o que proporcionou cada vez mais o aumento da concentração de renda e conhecimento por uma parcela da população, ocasionando com isso problemas de exclusão social e cultural. Para Fernandes (1998, p.12) “gasto social é aquele gasto voltado para a melhoria, a curto e longo prazo, das condições de vida da população.”

A década de 20 foi marcada pelo início da política de assistência social no Brasil, naquele período surgiram as primeiras legislações e o Sistema Previdenciário Brasileiro. No entanto, foi, no auge do governo Vargas, que teve início uma série de mudanças significativas na área social (criação das leis trabalhistas, sindicatos, etc.). A partir de 1964, com a mudança na forma de industrialização onde se passou das pequenas indústrias caseiras de alimentos para a consolidação do parque industrial com forte presença do Estado nas atividades produtivas, que materializou-se o modelo de desenvolvimento econômico, calcado na formação da sociedade de massas/consumo. Assim, a década de 70, apesar da continuidade do regime militar, foi marcada, por avanços sociais significativos, tais como: melhoria do nível de vida e redução da pobreza, obrigatoriedade de educação básica, atenção primária à saúde.

Nos anos 80, apesar de ser um período marcado pelos economistas como a década perdida³, o Brasil teve grandes avanços no campo político com o surgimento da Nova República⁴, onde se depara com uma população mais engajada e consciente. Naquela época houve um aumento no número de sindicatos e movimentos populares. Em 90, o governo já iniciara convivendo com um processo de descentralização e redistribuição tributária lançada, anteriormente, que na opinião de Oliveira (1999, p.27-28), naquele período, mais precisamente a partir de 1993, ocorreu um sensível aumento dos gastos em determinadas áreas sociais. No entanto as transformações pelas quais o País passou não foram suficientes para diminuir a diferença entre ricos e pobres, muito menos para racionalizar e democratizar o papel do Estado junto à sociedade.

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirma em seu programa de governo Cardoso (1994, p.185) que, “é preciso criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. Isso significa assegurar a governabilidade e, sobretudo, tornar mais eficaz e responsável a prestação dos serviços que a população requer nos campos de saúde, previdência, educação e segurança.”

História dos Relatórios Sociais

É crescente o número de profissionais envolvidos com o *disclosure* de informações sociais nas entidades, talvez por uma questão de mudança comportamental

(consciência crítica da população), associada ao desenvolvimento do marketing social (imagem da entidade perante sociedade), onde um grupo países tem adotado esta idéia e as empresas públicas e privadas têm procurado divulgar e vender causas sociais (saúde, educação, assistência social, meio ambiente) como um instrumento de estratégia empresarial. Um dos demonstrativos responsáveis por estas mudanças é denominado de Balanço Social⁵, o qual divulga informações de cunho econômico e social com uma nova linguagem que desperta maior interesse entre os usuários.

Para SÁ (1995:94), “o denominado Balanço Social parece ter nascido da motivação de se evidenciar a expressão da azienda como verdadeira célula social (que benefícios ela presta aos diversos setores da sociedade humana), e a Alemanha é reconhecida, por muitos estudiosos, como o berço de tais inspirações.”

Entretanto, foi a França o primeiro país do mundo a instituir por força de lei a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de tal relatório em 1977. Atualmente os conceitos de balanço social no setor privado são mecanismos de transparência da gestão, que vem sendo aplicados também a órgãos governamentais, como medida desempenho e retorno social dos recursos públicos.

No Brasil, há indícios deste tipo de informação social desde 1964, com atuação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE, que emitiu o “Decálogo do empresário cristão” cujos princípios prevêm que a empresa tem uma função social, a qual se materializa por meio da promoção dos que nela trabalham e da comunidade na qual está inserida. O governo federal implantou em 1975 a Relação Anual De Informações Sociais - RAIS que possui caráter obrigatório e finalidades específicas voltada para o Ministério do Trabalho e Ministério do Planejamento, sua estrutura possui um conjunto de dados ligados a recursos humanos.

Este tema teve seu apogeu no Brasil quando o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) publicou sucessivos artigos num periódico de circulação nacional, no qual solicitava da classe empresarial e ao poder público a divulgação de informações sociais desenvolvidas pelas entidades e, por outro lado, conclamava a sociedade a participar de forma mais atuante em questões que envolvessem aspectos sociais. Atualmente encontra-se no congresso um projeto de Lei que trata sobre o tema. Uma outra forma de evidencição econômica e social foi proposta em 1996 com a defesa da dissertação de mestrado do professor Valmor Slomski, que tem como objetivo mensurar o resultado econômico das entidades públicas.

Relatório Social como Instrumento de Avaliação de Desempenho e Transparência

Como mencionado anteriormente o mundo tem passado por transformações de todas as espécies, levando à existência de uma maior interação entre governantes e sociedade. Osbone & Gaebler (1994, p.55) afirmam que nos EUA esse fato teve início por volta de 1970 quando, “surgiu um movimento de defesa do direito ao bem-estar, exigindo maior controle sobre o sistema de assistência social; um movimento dos direitos dos moradores; exigindo maior controle sobre o sistema de habitação popular; um movimento de vizinhança, pleiteando maior controle sobre o desenvolvimento urbano e os serviços públicos.”

No Brasil, esse tipo de mudança de atitudes pode ser visualizado em todos os campos, político (*impeachment*, instauração de CPI's), empresarial (apoio à cultura, educação, esporte, etc.), governamental (valorização do servidor, aumento quantitativo nos investimentos sociais), comunitário (maior participação). Diante dessa concepção, o gestor

público, sente-se cada vez mais a necessidade de mostrar seu desempenho perante a comunidade. Esse crescente interesse da população em participar da vida política e em especial de temas ligados à área social, possibilita ao cidadão entender melhor o papel do Estado como agente arrecadador de tributos e distribuidor destes através de programas de saúde, educação, habitação, etc. Destarte, essa conscientização da sociedade tem provocado, também, mudanças comportamentais na política, exigindo dos governantes maior controle e transparência dos recursos públicos. Souza (1997) ressalta que, é chegado o momento de orientar a proposta para as empresas públicas – municipais, estaduais e federais. Enfim, todas as instituições públicas que atuam na sociedade: as prefeituras, governos estaduais, e respectivas secretarias, universidades e organizações não governamentais. O modelo para a coleta de dados de atuação social é o mesmo das privadas. A diferença está na cobrança, inevitavelmente maior na esfera pública. Mais do que nunca, a empresa pública deve fazer todo o esforço para implementar políticas sociais.

Dentro desta perspectiva e com o aumento da conscientização sobre o tema social, surgem talvez as primeiras necessidades de transparência e a efetiva cobrança por parte da população. Tudo isso tem forçado as lideranças a implementar a prática da tão esperada *accountability*. Neste contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF⁶ agrega novas formas de transparência, que leva a contenção de gastos e adequação das receitas com as despesas do setor público, no qual conta com a contabilidade pública, que procura com o auxílio da legislação vigente, atingir seus objetivos de registro, controle, transparência, prestação de contas e divulgação de informações.

Em vista disso, surge a necessidade da criação de relatórios sociais que venham expressar, de forma simplificada, as origens e aplicações dos recursos públicos. A partir daí, utilizar-se-á uma proposta de relatório para evidenciar gastos públicos que possibilita a prestação de contas para órgãos governamentais e comunidade, além de propiciar o suporte e apoio ao gestor público na avaliação de desempenho, a fim de melhorar a imagem do poder público, perante a sociedade.

A Responsabilidade Social e o Financiamento do Gasto nas Universidades Públicas

Com intuito de promover a satisfação das necessidades da população o Estado presta serviços a coletividade, a fim de propiciar o aumento no nível de bem-estar-social de uma comunidade. No momento atual, é sabido que o administrador público precisa ir além de gerir recursos como se fossem de uma empresa do setor privado, desta forma, acredita-se que este deve buscar no setor privado, experiências que deram certo e implementá-las.

A universidade busca atender a três seguimentos distintos: o ensino, a pesquisa e a extensão, no qual procura criar cursos que atendam a demanda do mercado, formando profissionais atuantes e críticos, para tanto, as universidades mantêm linhas de pesquisas compromissadas com o desenvolvimento econômico local e regional. A extensão universitária tem meta promover a interação entre a comunidade e os núcleos de pesquisa e ensino. O que propicia investimentos da iniciativa privada nas universidades públicas, proporcionando pesquisa de qualidade e o desenvolvimento de tecnologia de ponta. Assim essa atividade de extensão vem reforçar o tripé: universidade, empresa e comunidade, através de atendimentos (médicos, odontológicos, jurídico, contábil e administrativo), cursos, palestras e encontros etc.

Ao considerar que o Estado tem em seu objetivo à satisfação de necessidades básica e comum do indivíduo, é necessário para o cumprimento de suas atribuições, que o mesmo desempenhe o papel de arrecadador de recursos financeiros, a fim de financiar as suas

atividades. Para Giambiagi & Além (2000, p.30) a política fiscal do governo atua em três funções: a função alocativa, relativa ao fornecimento de bens públicos, a função distributiva, ligada à distribuição de renda de forma justa, a função estabilizadora, visa manter o emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico. Entretanto, Giacomoni (1998, p.33) ressalta que, “a demanda de bens e serviços públicos por parte dos indivíduos é anulada pela não-disposição dos mesmos indivíduos em contribuir, via sistema tributário, para financiamento dos encargos decorrentes desses bens e serviços. Tal equilíbrio é encontrado em época de normalidade e de estabilidade econômica.”

No Brasil, a cobrança de tributos vem desde o Brasil Colônia⁷, passando pelo império até chegar aos dias atuais, porém essa atividade só veio realmente se estabelecer como fonte de captação e distribuição de recursos, com a promulgação da Constituição Federal de 1946, período também marcado pelo início da participação popular junto ao Estado. Para Beuren & Reitz (2002:26) "a constituição de 1946 possibilitou avanços em relação à autonomia dos municípios brasileiros (...) outros fatores relevantes, garantidos na constituição, dizem respeito à participação popular na formação dos líderes locais". A Constituição Federal de 1967 e a de 1988, também traz, em seus textos alterações significativas em relação à margem de distribuição tributária.

O financiamento das atividades fins das universidades federais de ensino esta garantido junto ao capítulo III seção I da Constituição Federal do Brasil e tem como principal fonte de recursos para manutenção o chamado orçamento fiscal da união, e como fonte secundária o orçamento da seguridade com vistas a subsidiar as atividades dos hospitais universitários. Atualmente, há um movimento da iniciativa privada em direção à capacidade técnico-científica das universidades em todas as áreas da pesquisa aplicada, gerando a expectativa de novas fontes de financiamento para a educação, realidade esta que vem sendo implementada nas universidades estaduais paulistas⁸.

A Evidenciação Contábil, o Processo de Comunicação e a Demonstração do Resultado Econômico

Com advento Revolução Industrial, iniciou a série de novos empreendimentos, onde os eventos econômicos passaram a ter um maior grau de complexidade, em face de maior demanda de bens e serviços, utilização novas tecnologias, aumento no quadro de funcionários e atendimento a demandas sociais. Para Kaplan *et al.* (2000, p.39), “a demanda pela informação gerencial contábil pode ser relacionada aos estágios iniciais da revolução industrial nas tecelagens, em fábrica de armas e em operações industriais”, os mesmos autores relacionam ainda as várias formas de utilização da informação pelos administradores da época. Tais informações passam a ganhar importância para os usuários externos com a quebra da bolsa de Nova Iorque (1929), nesse período o mundo se conscientiza da importância de divulgar informações contábeis com maior clareza, precisão e objetividade.

No Brasil o tema evidenciação contábil, está presente na Lei 4.320/64, quando dita normas, procedimentos e forma para divulgação de informações públicas, entretanto há existência de estudos sobre o assunto desde 1954, como ressaltado por Kohama (1998, p.50). Entretanto o tema só ganha destaque e importância com a aprovação da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), que representou um marco na história contábil brasileira, devido aos avanços ocorridos na área da evidenciação contábil (setor privado), principalmente pela preocupação com o usuário e com a utilidade da informação para o processo de tomadas de decisão. Os estudos sobre evidenciação contábil têm priorizado

setor privado da economia, deixando uma lacuna no tocante a uma abordagem que envolve a divulgação de informações do setor público.

Para o AICPA⁹ "as informações contábeis deveriam servir, primariamente, àqueles que têm limitado acesso a essas informações ou limitada capacidade para interpretá-las". Nakagawa & Dias Filho (2001, p.47), faz um alerta para o fato "que tão importante quanto produzir a informação certa é garantir que ela se torne compreensível ao usuário, para que ele possa utiliza-la como instrumento de apoio ao processo decisório".

No entanto, até hoje existe dificuldade na identificação do tipo de informação requisitada por cada usuário e sua habilidade na interpretação dos relatórios. Nakagawa & Dias Filho (2001,p.49) afirma que, "é preciso considerar que nem sempre as demonstrações contábeis se dirigem a um público especializado, podendo incluir também pessoas que possuem pouco domínio das particularidades inerentes à terminologia contábil". Desta forma entende-se que, tão importante quanto à forma de apresentação no processo de divulgação, são as descrições usadas num relatório e o grau de detalhamento empregado. A terminologia contábil adotada pode ser útil caso possua significado preciso e de fácil compreensão. Na visão de Beaver *apud* Niyama (1989, p.36), ao tratar da evidenciação diferenciada, autores defendem a existência de um padrão de divulgação para profissionais que envolvam mais detalhes técnicos e um padrão menos técnico e mais compreensível para não profissionais.

A contabilidade como sistema de informação integrado tem como objetivo a comunicação de informação de forma clara e concisa, assim tais informações devem propiciar a avaliação do desempenho econômico e social das entidades o que proporcionará ao gestor tomar decisões acertadas, desta forma a contabilidade passa a exercer um importante papel na sociedade conforme relatado por Iudícibus & Marion (1999, p.56), "a contabilidade é o melhor repórter e interprete desse desempenho, pois verifica o volume dos (se necessários quais) produtos ou serviços que a entidade repassou à sociedade, se o faz a preços razoáveis, com boa qualidade..."

No setor privado da economia o lucro ainda é considerado como melhor indicador de eficácia empresarial, no entanto tais medidas não são apuradas no setor público, visto que este tem finalidades que extrapolam a simples apuração do lucro ou prejuízo. Devido à ausência junto ao poder público de um sistema de informações que possibilite a comunicação contábil de forma clara e eficaz surge a proposta do modelo de mensuração do resultado econômico. Para Slomski (2001, p.36), "o lucro ou prejuízo da empresa sempre será o resultado dos resultados apurados nas áreas de responsabilidade. Assim, faz-se necessário à elaboração de um sistema capaz de reconhecer os resultados de cada área de responsabilidade, possibilitando assim a mensuração individual e global do nível de eficácia da empresa."

Destarte, para aplicabilidade do modelo de mensuração do resultado econômico proposto por Slomski, faz-se necessário entender a entidade pública como uma empresa privada, onde sua receita será determinada pelo custo de oportunidade¹⁰ do serviço prestado vezes à quantidade de serviço prestado. Para obter o resultado econômico torna-se necessário excluir da receita, o custo dos serviços prestados, a depreciação dos bens públicos e os custos indiretos identificados ao serviço.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO
(+) Receita Econômica
(-) Custos Diretos dos Serviços Prestados
(=) Margem Bruta
(-) Depreciação
(-) Custos Indiretos Identificáveis aos Serviços Prestados
(=) Resultado Econômico

Fonte: Slomski, V. Mensuração do Resultado Econômico em Entidades Públicas – uma proposta. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 60.

Ao defender o modelo para entidades públicas Slomski (2001, p.46) considera os seguintes aspectos: “o cidadão compõe o corpo contribuinte das fontes de recursos para manutenção da entidade pública; a entidade pública tem como missão à prestação de serviços para o desenvolvimento e bem estar social da coletividade; e se não existisse o serviço público, em um país capitalista, o cidadão buscaria o menor preço de mercado à vista para contratação de serviços.” E, ainda, ressalta outros aspectos a serem observados, quando da leitura, do artigo 85 da lei 4.320/64.

O Sistema de Informação Contábil e o Setor Público

A segunda metade do século XX foi marcada pelo início da era do conhecimento e da informação, período este que foi caracterizado pelas mudanças, transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorrem. Para Nakagawa & Dias Filho (2001, p.46), “com o progresso da tecnologia da informação e a conseqüente diminuição de barreiras geográficas, deverão surgir novas categorias de usuários, exigindo-se cada vez mais aprimoramentos no processo da comunicação contábil”. Neste contexto Oliveira (1997, p.37) define informação como, “qualquer espécie de conhecimento ou mensagem que pode ser usada para aperfeiçoar ou tornar possível uma decisão ou ação”. Riccio (1989, p.24) define sistema de informação como sendo um instrumento a serviço da empresa, que pode ser utilizado pelo administrador no processo de gestão, devendo o mesmo ser flexível e adequado a cada período da vida da entidade.

De acordo com a abordagem da teoria de comunicação, o sistema de informação contábil é o responsável pelo processo de captação de dados, transformação e divulgação informações empresariais, junto aos usuários internos e externos a entidade. Silva (1994:41) enfatiza que, “analisando a história do homem, desde seu aparecimento, pode-se notar que ela constitui um permanente esforço de comunicação. A partir do instante em que o homem passou a viver em grupos, ou seja, em sociedade, a comunicação tornou-se uma necessidade, pois é através da comunicação que os homens conseguem trocar idéias e experiências.”

Portanto, é possível dizer que a contabilidade é um dos principais meios de ligação entre o emissor (empresa) e o receptor (usuário da informação). Dowbor (1997, p.78) ressalta que a informação, a educação, a cultura, são formas de acesso ao conhecimento e constitui a coluna que direciona para a democracia. Assim, não se pode esperar participação de uma população que não possui acesso à informação e a educação.

A administração pública e privada tem convivido com um arsenal tecnológico enorme a sua disposição, tais fatos estão diretamente ligadas aos avanços ocorridos nas áreas de informática e telecomunicações, assim, cabe ao gestor público aproveitar estes instrumentos da melhor forma para elaborar um sistema de informações que possibilite atingir o máximo de eficiência e eficácia administrativa. Ao tratar de um sistema de

informação para a contabilidade governamental, tem-se um raciocínio análogo ao aplicado na contabilidade financeira, alterando apenas a forma de apresentação das informações. De acordo com Lima (200, p.100) na contabilidade pública, "os sistemas de contas são classificados em sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema orçamentário e sistema de compensação". Desta forma, utiliza-se do Sistema de Administração Financeira – SIAF, implantado pelo governo federal com objetivo de controlar a execução orçamentária.

O processo de comunicação da informação contábil no setor público Brasileiro segue orientação de legislação específica (Lei 4.320/64), todavia, apesar da obrigatoriedade legal que determina os canais de comunicação, pode ocorrer certos ruídos, quanto à terminologia utilizada para divulgar tais informações ou até mesmo quanto a capacidade de assimilação e utilização por parte dos gestores e da comunidade.

Reis (1988 p.17-37) revela que a organização da contabilidade, no aspecto informativo, além da escrituração necessária, evidenciará fatos resultantes ou não da execução orçamentária, onde esses relatórios assumirão formas adequadas ao objetivo pretendido e levarão em consideração as peculiaridades de cada entidade. Algumas são estabelecidas por lei, entretanto nada impede a adoção de novas formas de evidenciações complementares, no sentido de melhorar a informação. Neste aspecto, o governo tem feito um enorme esforço e procurado cada vez mais medir e apresentar resultados à população, a fim de possibilitar o aumento no nível de divulgação e do índice de bem-estar-social que qualquer evidenciação adicional possa proporcionar a sociedade, mas, apesar do esforço despendido pelo governo, o sistema de informação público ainda apresenta algumas deficiências quanto à comunicação interna, a comunicação da imagem institucional e dos serviços prestados.

Neste sentido, apresenta-se um modelo de Balanço Social aplicável às universidades públicas, onde podem ser observados dados quantitativos e qualitativos de suas atividades:

BALANÇO SOCIAL										
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE										
INDICADORES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA										
Alunos Matriculados/Número de professores										
Número de servidores/ alunos										
Número de atendimentos da biblioteca / Número de servidores da biblioteca (anual)										
Numero de projetos de ensino / numero total de professores										
Numero de projetos de pesquisa / numero total de professores										
Numero de projetos de extensão/ numero total de professores										
Numero de artigos publicados / numero total de professores										
CATEGORIAS	RECURSOS HUMANOS									
	PROFESSORES					TÉCNICOS				
	Nº Efetivos Ativos	Nº Efetivos Inativos	Substitutos	Colaboradores	Cedidos	Nº Efetivos Ativos	Nº Efetivos Inativos	Cedidos	Cedidos	Serviços Terceirizados
	Total									
ATIVIDADES DE ENSINO										
Cursos	Números de Acadêmicos									Nº de Projetos de Ensino
	Graduação	Pós-graduação		Pós-graduação		Formandos/ Graduação	Total Alunos			
		Lato-Sensu	Estricto-Sensu	Lato-Sensu						
Total										

ATIVIDADES DE PESQUISA												
Numero de Acadêmicos												
			Bolsistas I. Cientifica			PET / Geografia		Projetos de Pesquisa			Bolsista Pós-graduação	
Total												
PRODUÇÃO CIENTIFICA												
		Artigos Publicados		Publicação de Livros	Participações em bancas Mestrado/ Doutorado	Palestras e Conferências Proferidas		Participação Eventos				
		Nac.	Inter.			Nac.	Inter.	Nac.	Inter.			
Total												
EXTENSÃO												
Cursos	ADM	BIO	Contábeis	Direito	Enfermagem	GEO	Historia	Letras	MAT	Pedagogia	Total	
Nº Projetos												
ATENDIMENTO A COMUNIDADE												
NUMERO DE ATENDIMENTOS		Moradia Estudantil	Restaurante Universitário	Biblioteca		Escritório modelo - Direito	Empresa Junior (ADM/CONT)					
				Livros Emprestados	Livros e Periódicos Consultados							
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO												
RECEITA ECONÔMICA - ANUAL												
CUSTOS DIRETOS												
Pessoal Civil (salários)												
Material de Consumo												
Serviços de Terceiros e Encargos												
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis												
MARGEM BRUTA												
CUSTOS INDIRETOS												
Pessoal Civil												
Despesas de Custeio												
Material de Consumo												
Serviços de Terceiros e Encargos												
Depreciação Bens Móveis e Imóveis												
RESULTADO ECONÔMICO												

Materiais e Métodos

Este artigo é produto de uma pesquisa de campo, que se valeu do método de pesquisa empírico-analítico, o qual de acordo com Martins (1992, p.26) “são abordagens que representam em comum a utilização de técnica de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos.” A entidade pesquisada foi o Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, tornando-se o embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande - ICBCG, que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de medicina. Em 1967 o governo do estado criou em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede de ensino superior.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da

instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei nº 6.674 de 05.07.1979, o qual visa ultrapassar os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, onde a UFMS tem proporcionado do ensino de qualidade e a preservação dos recursos naturais do meio ambiente, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida, e que motiva estudos e pesquisas ecológicas na instituição.

Atualmente o Campus de Três Lagoas conta com dez cursos de graduação e um mestrado em letras, além de cinco cursos de especialização em andamento, seu corpo discente é formado por 2.356 acadêmicos, sendo aproximadamente 70% destes provenientes de cidades do interior paulista. Quanto ao corpo docente o campus, este possui um quadro de 108 professores, sendo 58 professores efetivos em regime de dedicação exclusiva, 45 professores substitutos, 01 cedido e 4 voluntários (colaboradores). Além do ensino a universidade tem procurado promover a interação com a sociedade local e regional através da extensão universitária e da realização de pesquisas científicas.

Para a obtenção dos dados o grupo de pesquisa valeu-se de questionários e entrevistas.

As informações financeiras foram obtidas com base nos balancetes do sistema orçamentário, financeiro e patrimonial do ente pesquisado. E as informações físicas (referente aos serviços prestados à sociedade local) foram obtidas junto aos Departamentos da Universidade.

A receita econômica calculada com base na fórmula ($RE = \text{Número dos Serviços Prestados} \times \text{Custo de Oportunidade}$), foi apurada considerando-se preços médios de mercado dos serviços prestados, na região onde está inserido o ente pesquisado. Os serviços prestados e o cálculo analítico mensal da receita econômica serão evidenciados no Anexo 1, deste artigo.

No tocante, aos custos com recursos humanos no item salário foram utilizados para os cálculos, o valor total dos gastos com a folha de pagamento dividido pelo número de professores efetivos, definindo o salário-médio da categoria, o mesmo tratamento foi dispensado para determinar o salário-médio das demais categorias.

Resultados

Com base nos dados levantados o foi elaborado, pelos pesquisadores, o Balanço Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campos de Três Lagoas, referente ao exercício financeiro de 2002, onde podem ser observados indicadores sociais de educação e cultura relacionados aos três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão).

E, ainda, com a contemplação e incorporação da demonstração do resultado econômico como parte integrante do balanço social, proposto para universidades públicas, pode-se verificar o valor dos serviços públicos, bem como, o resultado econômico produzido na entidade pesquisada. Conforme figura, a seguir:

BALANÇO SOCIAL											
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul											
Campus de Três Lagoas											
Exercício Financeiro de 2002											
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: UFMS – Campus de Três Lagoas											
ENDEREÇO: Av. Ranulfo Marques leal S/N						TELEFONE: (067) 509-3700			FAX:		
LOGRADOURO:		NÚMERO:S/N		BAIRRO: Distrito Industrial			MUNICÍPIO: Três Lagoas				
UF: MS		E-MAIL: gabceul@ceul.ufms.br				HOME PAGE: http://www.ceul.ufms.br					
INDICADORES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA											
Alunos Matriculados/Número de professores - (2356/108)										22	
Número de servidores/ alunos - (2356/54)										44	
Número de atendimentos da biblioteca / Número de servidores da biblioteca (anual)										7892	
Numero de projetos de ensino / numero total de professores - (1/108)										0,009	
Numero de projetos de pesquisa / numero total de professores - (25/108)										0,23	
Numero de projetos de extensão/ numero total de professores - (40/108)										0,37	
Numero de artigos publicados / numero total de professores - (95/108)										0,9	
CATEGORIAS		RECURSOS HUMANOS									
		PROFESSORES					TÉCNICOS				
		Nº Efetivos Ativos	Nº Efetivos Inativos	Substitutos	Colaboradores	Cedidos	Nº Efetivos Ativos	Nº Efetivos Inativos	Cedidos	Cedidos	Serviços Terceirizados
Total		58	23	45	4	1	34	15	6	6	14
ATIVIDADES DE ENSINO											
Cursos		Números de Acadêmicos							Nº de Projetos de Ensino		
		Graduação	Pós-graduação		Pós-graduação		Formandos/ Graduação	Total Alunos			
			Lato-Sensu	Estricto-Sensu	Lato-Sensu						
Total		1879	101	40	126		311	2.356	1		
ATIVIDADES DE PESQUISA											
Numero de Acadêmicos											
		Bolsistas I. Científica		PET / Geografia		Projetos de Pesquisa		Bolsista Pós-graduação			
Total		17		10		25		0			
PRODUÇÃO CIENTÍFICA											
		Artigos Publicados		Publicação de Livros	Participações em bancas Mestrado/ Doutorado	Palestras e Conferências Proferidas		Participação Eventos			
						Nac.	Inter.				
Total		87	8	2	34		17	0	58	1	
EXTENSÃO											
Cursos	ADM	BIO	Contábeis	Direito	Enfermagem	GEO	Historia	Letras	MAT	Pedagogia	Total
Nº Projetos	3	4	2	2	0	10	8	2	5	4	40
ATENDIMENTO A COMUNIDADE											
NUMERO DE ATENDIMENTOS		Moradia Estudantil		Restaurante Universitário		Biblioteca		Escritório modelo - Direito	Empresa Junior (ADM/CONT)		
						Livros Emprestados	Livros e Periódicos Consultados				
		100		65		28.630		26.612		324	

Continua Fl-02

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO	
RECEITA ECONÔMICA - ANUAL	R\$ 6.720.600,00
CUSTOS DIRETOS	R\$ 3.616.974,08
Pessoal Civil (salários)	R\$ 3.461.474,54
Salários Diretos (Professores Efetivos)	R\$ 3.253.588,42
Encargos Sociais Diretos	R\$ (357.894,73)
Salários Diretos (Professores Substitutos)	R\$ 490.188,60
Encargos Sociais Diretos	R\$ (39.215,09)
Departamento Técnico - Laboratório	R\$ 128.997,00
Encargos Sociais Diretos	R\$ (14.189,67)
Material de Consumo	R\$ 4.990,69
Material de Expediente	R\$ 4.990,69
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 52.058,85
Energia Elétrica	R\$ 52.058,85
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	R\$ 98.450,00
Bens Móveis	R\$ 16.750,00
Bens Imóveis	R\$ 81.700,00
MARGEM BRUTA	R\$ 3.103.625,92
CUSTOS INDIRETOS	R\$ 968.281,86
Pessoal Civil	R\$ 707.840,94
Salários Indiretos Técnicos	R\$ 799.351,41
Encargos Sociais Diretos	R\$ (91.510,47)
Despesas de Custeio - (Energia Elétrica e Material de Expediente)	R\$ 156.572,07
Material de Consumo	R\$ 156.572,07
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 70.058,85
Energia Elétrica	R\$ 52.058,85
Telefone	R\$ 18.000,00
Depreciação Bens Móveis e Imóveis	R\$ 33.810,00
Bens Móveis	R\$ 4.710,00
Bens Imóveis	R\$ 29.100,00
RESULTADO ECONÔMICO	R\$ 2.135.344,07

Considerações Finais

Diante de uma sociedade consciente e atuante, constata-se que o caminho a ser trilhado pela ação governamental passa pela informação fidedigna. Destarte, o bom gestor deve estar atento às transformações, a fim de utilizar ao máximo os mecanismos de evidenciação como suporte para o planejamento, o controle e transparência da gestão.

Ao considerar que a contabilidade possui, desde sua origem, um compromisso com a boa informação, ela procura comunicar aos usuários a situação econômico-financeira de determinada entidade, no qual, está inserida a contabilidade governamental. Assim, acredita-se que a contabilidade atinge seus objetivos quando utiliza, um sistema de informação contábil que suporte o processo de tomada de decisões e a transparência dos gastos públicos.

Com a realização desta pesquisa, constata-se a ausência de outros relatórios de cunho social no campus. Entretanto, foi possível verificar o trabalho social desenvolvido pela universidade, onde se identificou que no exercício 2002, foram realizados 40 projetos de extensão, 25 projetos de pesquisa e 01 projeto de ensino. A produção científica do corpo docente atingiu a marca de 95 artigos publicados, sendo oito destes internacionais, houve

publicação de dois livros e participação de docentes em 34 bancas de mestrado e doutorado, 17 palestras foram proferidas por docentes deste campus e 59 participações destes em congressos, sendo um deles internacional. No tocante a relação professor/artigo publicado alcançou o índice de 0,9, número este que aumenta para 1,64, ao se considerar apenas professores efetivos.

Cabe ressaltar que apesar da escassez de recursos financeiros, o campus tem realizado um esforço para sanar tais dificuldades. Quanto ao papel social, este extrapola a atividade de ensino, no qual o campus ofereceu moradia estudantil para cerca de 100 acadêmicos em média/mês durante o ano, 65 refeições subsidiadas dia junto ao restaurante universitário, 324 atendimentos foram registrados pelo núcleo de assistência jurídica no ano pesquisado. Um fato preocupante verificado, diz respeito à empresa júnior de consultoria em administração e ciências contábeis, visto que está não realizou nenhum atendimento durante o ano de 2002. A iniciação científica esta presente em 5 cursos com 17 bolsas do CNPq e o curso de geografia mantém o programa especial de treinamento – PET com a participação de 10 bolsistas da CAPES.

Juntamente com os dados qualitativos o Balanço Social apresenta a evidenciação contábil, através do modelo de mensuração do resultado econômico proposto por Slomski, onde se constata que o campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul gerou um lucro econômico de R\$ 2.135.344,07, no ano de 2002, ressaltado quando da comparação da receita econômica do período que foi de R\$ 6.720.600,00 com os custos diretos e indiretos que montaram R\$ 4.585.255,94.

A depreciação, apesar da não evidenciação nos relatórios públicos obrigatórios, o modelo faz uma abordagem, quando ao desgaste pelo uso de bens móveis e imóveis, que pode ser observado no Anexo 1, deste artigo. Na pesquisa foi apurado um valor de R\$ 132.260,00 referentes aos elementos patrimoniais do campus.

O modelo proposto está embasado na teoria da contabilidade, no qual atende aos princípios fundamentais de contabilidade, quanto à apuração do resultado econômico (princípio da realização de receita e confrontação de despesas) conforme apuração do resultado da iniciativa privada.

Finalizando, conclui-se que para que seja alcançado, de fato, o bem-estar social da sociedade é necessário um conjunto de esforços e da publicação do balanço social, a fim de possibilitar a *accountability*, dos entes públicos.

Referências Bibliográficas

- BEUREN, I. M. & REITZ, A. *A gestão dos mecanismos básicos para a cobrança de tributos de competência municipal*. Brasília: RBC, CFC, Ano XXXI nº 133 Janeiro/fevereiro, 2002.
- BRASIL, *Constituição federal (5/10/88)*. São Paulo: Saraiva, 21ª edição, 1999.
- BRASIL, *Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964*. São Paulo: Atlas, 21ª ed. 1997.
- CARDOSO, F. H. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo*. Brasília, 1994.
- DOWBOR, L. *Governabilidade e descentralização*. In: NORONHA, R de. Et al. *Conselhos municipais e políticas sociais*. Rio de Janeiro: IBAM / IPEA, 1997.
- FERNANDES, M. A. da C. et alli. *Gasto social nas três esferas de governo - 1995*. Brasília, IPEA, 1998.
- GIACOMONI, J. *Orçamento público*. São Paulo: Atlas, 7ª ed. 1998.

GIAMBIAGI, F. & ALÉM, A. C. D. de. *Finanças públicas*. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed. 2000.

HENDRIKSEN, E. S. & BREDAS, M. F. V. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S., MARION J. C., Curso de contabilidade para não Contadores. São Paulo: Atlas, 1ª ed. 1999.

KAPLAN, S. R. *et ali*. *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, H. *Balanços públicos*. São Paulo: Atlas, 2ª ed. 2000.

NAKAGAWA, M. & DIAS FILHO, J. M. *Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação*. Revista de contabilidade e finanças, FIPECAFI, FEA/USP, ano XII, vol.15 nº 26 Maio/Agosto 2001.

NIYAMA, J. K. *Contribuição à Avaliação do Nível de Qualidade da Evidenciação Contábil das Empresas Pertencentes ao sistema Financeiro da Habitação -SFH*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1989.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 4ª ed. 1997.

OSBONE, D. & GAEBLER, T. *Reinventado o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: MH comunicação, 4ª ed. 1994.

PRICE WATERHOUSE. *Dicionário Técnico-contábil Inglês - Português / Português - Inglês*. São Paulo: 1988.

REIS, H. da C. *A transparência nas demonstrações contábeis de uma administração municipal - um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

RICCIO, E. L. *Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Universidade de São Paulo. São Paulo.

SÁ, A. L. de. Considerações sobre a contabilidade social. Boletim IOB.TC/Bal.39, 1997.

SILVA, B. G. da. *O sistema de informação contábil sob a ótica da teoria da comunicação*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FEA/USP, 1994.

SLOMSKI, V. *Teoria do agenciamento no estado: uma evidenciação da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Universidade de São Paulo. São Paulo.

SLOMSKI, V. *Resultado econômico: um novo paradigma na administração pública..* Revista do CRC/SC. Florianópolis – SC, vol. 01, março 2002.

SLOMSKI, V. *Mensuração do resultado econômico nas entidades públicas: uma proposta*. Chapecó: SC Arcos Editora Universitária, 2001.

SOUZA, H. de. *Empresa pública e cidadã*. Folha de São Paulo 26/03/97.

Anexo 01

APURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DA UFMS - CAMPUS DE TRÊS LAGOAS - 2002				
CUSTO DE OPORTUNIDADE P/ MENSALIDADES NO ENSINO PRIVADO				
GRADUAÇÃO - MATUTINO				
Cursos	Nº Alunos	Custo de Oportunidade	Receita Econômica Mensal	Receita Econômica Anual
Administração	130	R\$ 200,00	R\$ 26.000,00	R\$ 312.000,00
Ciências Contábeis	110	R\$ 200,00	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
Ciências Biológicas	118	R\$ 180,00	R\$ 21.240,00	R\$ 254.880,00
Direito	80	R\$ 450,00	R\$ 36.000,00	R\$ 432.000,00
Enfermagem	115	R\$ 350,00	R\$ 40.250,00	R\$ 483.000,00
Total	553		R\$ 145.490,00	R\$ 1.745.880,00
GRADUAÇÃO - NOTURNO				
Cursos	Nº alunos	Custo de Oportunidade	Receita Econômica Mensal	Receita Econômica Anual
Administração	208	R\$ 200,00	R\$ 41.600,00	R\$ 499.200,00
Ciências Contábeis	242	R\$ 200,00	R\$ 48.400,00	R\$ 580.800,00
Direito	220	R\$ 450,00	R\$ 99.000,00	R\$ 1.188.000,00
Geografia	260	R\$ 180,00	R\$ 46.800,00	R\$ 561.600,00
História	163	R\$ 180,00	R\$ 29.340,00	R\$ 352.080,00
Letras	181	R\$ 180,00	R\$ 32.580,00	R\$ 390.960,00
Matemática	155	R\$ 180,00	R\$ 27.900,00	R\$ 334.800,00
Pedagogia	208	R\$ 180,00	R\$ 37.440,00	R\$ 449.280,00
Total	1637		R\$ 363.060,00	R\$ 4.356.720,00
PÓS-GRADUAÇÃO				
CURSOS	Nº Alunos	Custo de Oportunidade	Receita Econômica Mensal	Receita Econômica Anual
Pós-graduação Stricto Sensu	40	R\$ 500,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
Pós-graduação Lato Sensu	126	R\$ 250,00	R\$ 31.500,00	R\$ 378.000,00
TOTAL	166		R\$ 51.500,00	R\$ 618.000,00
TOTAL DAS RECEITAS			R\$ 560.050,00	R\$ 6.720.600,00
QUADRO DE SERVIDORES - SALÁRIOS				
	Servidores	Salário Base	Total Mensal	Total Anual
Servidores Terceirizados	14	R\$ 255,00	R\$ 3.570,00	R\$ 51.168,81
Encargos - 18%			R\$ 642,60	R\$ 9.210,39
Professores Substitutos	45	R\$ 760,00	R\$ 34.200,00	R\$ 490.188,60
Encargos - 8%			R\$ 3.078,00	R\$ 44.116,97
Professores Efetivos	58	R\$ 3.913,79	R\$ 226.999,82	R\$ 3.253.588,42
Dep. Téc - Laboratório	5	R\$ 1.800,00	R\$ 9.000,00	R\$ 128.997,00
Dep. Téc - Direção	2	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00	R\$ 51.598,80
Dep. Téc - Biblioteca	5	R\$ 1.800,00	R\$ 9.000,00	R\$ 128.997,00
Dep. Téc - Comunicação	4	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00	R\$ 103.197,60
Dep. Téc - Financeiro	2	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00	R\$ 51.598,80
Dep. Téc - Transporte	1	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 25.799,40
Dep. Téc - Manutenção	3	R\$ 1.800,00	R\$ 5.400,00	R\$ 77.398,20
Dep. Téc - Segurança	5	R\$ 1.800,00	R\$ 9.000,00	R\$ 128.997,00
Dep. Téc - Administrativo	2	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00	R\$ 51.598,80
Dep. Téc - Graduação e Pós	5	R\$ 1.800,00	R\$ 9.000,00	R\$ 128.997,00
Encargos -11%			R\$ 31.701,98	R\$ 454.384,48
Total Líquido de Encargos	151		R\$ 329.690,42	R\$ 4.164.413,59

DESPESAS DE CUSTEIO ANUAL		
Diária (Pessoal Civil)	R\$	14.054,25
Manutenção de Veículos	R\$	42.291,32
Manutenção de Prédios e Instalações	R\$	52.612,19
Energia Elétrica	R\$	104.117,70
Material de Expediente	R\$	4.990,69
Manutenção de Equipamentos de Informática	R\$	22.009,61
Manutenção de Bens Móveis	R\$	3.625,79
Despesas Diversas	R\$	3.978,91
Telefone	R\$	18.000,00
Total	R\$	265.680,46
TOTAL DE DESPESAS		
Pessoal civil	R\$	4.164.413,59
Obrigações patronais (INSS)*	R\$	511.011,84
Despesas de Custeio Anual	R\$	265.680,46
Gasto c/ Projetos de Pesquisa e Extensão	R\$	25.918,89
Total	R\$	4.967.024,78
*ENCARGOS S/ FOLHA DE PAGAMENTO DO ANO DE 2002		
Inss + FGTS + 13º e Outros	R\$	507.711,84
Previdência Social (20%) s/ serviços prestados	R\$	3.300,00
Total	R\$	511.011,84
DEPRECIACÃO DE IMÓVEIS		VALOR CONTÁBIL
Imóveis	R\$	2.770.000,00
Depreciação Direta	R\$	81.700,00
Depreciação Indireta	R\$	29.100,00
Total da Depreciação	R\$	110.800,00
DEPRECIACÃO VEÍCULOS		VALOR CONTÁBIL
Veículos	R\$	47.100,00
Total da Depreciação	R\$	4.710,00
DEPRECIACÃO MÓVEIS E UTENSÍLIOS	VALOR CONTÁBIL	V. DEPRECIACÃO
Carteiras, Mesas, e Armários	R\$ 62.500,00	R\$ 6.250,00
Computadores e Periféricos	R\$ 30.000,00	R\$ 6.000,00
Equipamentos de Laboratórios	R\$ 45.000,00	R\$ 4.500,00
Total	R\$ 137.500,00	R\$ 16.750,00

¹PRICE WATERHOUSE (1988:13), *Accountability* - Responsabilidade de prestar contas.PINHO (1997:186), *Accountability* - Responsabilidade de prestar contas de função ou cargo exercido.

² Sobre a Teoria de agency ver HENDRICKSEN & BREDÁ (1999:139).

³ DÉCADA PERDIDA: período marcado pela recessão, para mais informações ver VELOSO (1991:13).

⁴ Sobre DE REPÚBLICA ver RODRIGUES (1994:75).

⁵ Na concepção de KROETZ (2000:71), "Balanço Social" é um instrumento que deve demonstrar, claramente, quais as políticas praticadas e quais os seus reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social.

⁶ Lei 101 sancionada em maio de 2000 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

⁷ GIACOMONI (1998:48) ressalta que em 1808, foram criados o erário público (tesouro) e o regime de contabilidade no Brasil.

⁸ USP / UNESP / UNICAMP

⁹ HENDRIKSEN (1999:55) AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED ACCOUNTANTS, criada em 1887 com o advento das Estradas de Ferro, reúne contabilistas e auditores independentes.

¹⁰ Segundo SLOMSKI (2002:68) custo de oportunidade – é o menor preço de mercado à vista, atribuído ao serviço prestado ao cidadão (em um mercado competitivo), com similar qualidade e oportunidade daquele desprezado por ele ao utilizar o serviço público.